



MOÇÃO

Rio Cávado, um bem natural que é de e para todo(a)s

O rio Cávado, progenitor da nossa cidade, imagem identitária do nosso concelho, património da nossa cultura, memória coletiva da vida de uma comunidade, está em risco. Os barcelenses para além de deverem ao rio a existência da urbe, têm por obrigação saber proteger esta dádiva da natureza, têm por tributo deixar por legado a fruição que já lhes pertenceu, têm por imposição combater a incúria, o desleixo e a ganância, de todos quantos delapidaram os seus recursos e contaminaram as suas águas. Poucas são as cidades deste país que têm um rio que marca indelevelmente a sua paisagem e a sua existência, que rasga simetricamente o território de um concelho, que projeta a beleza de uma cidade como um espelho de água reluzente na herança de um povo, que faz o pulsar da comunidade de uma população capaz de agrupar sinergias e erguer pontes de concórdia em nome desta sua pertença.

O poder local alheou-se da defesa deste imenso recurso endógeno. Sucessivas governações autárquicas demitiram-se das funções de vigilância, de equilíbrio ambiental, de valorização das potencialidades lúdicas e desportivas. Barcelos, nas últimas décadas, cresceu de costas voltadas para o rio desligando as pessoas da sua existência e esquecendo que os habitantes são os melhores zeladores dos espaços. Fizeram-nos acreditar que esta era a fatura do progresso, que só assim se criavam empregos, que o processo industrial precisava do rio. Hoje percebe-se que nada teria que ser assim e que o poder local e nacional, por laxismo, incompetência e compadrios, nunca criou barreiras à poluição, antes pelo contrário, pactuou com muitos destes dislates e crimes ambientais.

Nos últimos meses o rio foi tema recorrente e, como é habitual, não pelas melhores razões. Durante a campanha serviu de arma política para adensar programas eleitorais e enunciar promessas sem compromissos, do género “agora é que vai ser”. Não esquecemos que todos os partidos, coligações ou movimentos que concorreram às últimas autárquicas, inscreveram nos seus programas a recuperação e revitalização do rio Cávado.

Por outro lado, comentou-se muito a propagação de uma infestante planta. Trajetos do rio no nosso concelho, ficaram cobertos de um manto de “jacintos de água” o que, por si só, é indicador da má qualidade da água e da existência de fontes poluidoras, sendo que esta planta



invasora, por sua vez, também provoca a eutrofização nas massas de água, criando-se um ciclo vicioso de efeitos que degradam gravemente as condições ambientais do rio. Mesmo valorizando imenso o árduo e moroso trabalho dos bombeiros (Barcelos e Barcelinhos) na remoção de toneladas da invasora planta, é óbvio que mesmo sendo prioritário este serviço o problema não se resolve, somente, por aqui. Aliás, esta é uma situação recorrente só que este ano com mais evidencia devido à seca e consequente caudal de estio mais prolongado.

A realidade de um rio “nadável” e praticável de atividades desportivas, com margens aprazíveis e areas de fruição não pode continuar a ser uma miragem terna e saudosa gravada em antigas fotografias, agora propagadas nas redes sociais. Assim como não pode continuar a ser um desiderato adiado que serve sempre de promessa eleitoral.

A recuperação do rio, para além de uma dívida para com os munícipes, é um dos fatores fundamentais de progresso e desenvolvimento para o concelho. Pelo potencial humano, enquanto área de lazer e fruição; pelo potencial turístico, enquanto atração e exploração da economia local; pelo potencial ambiental, enquanto sustentabilidade do meio e qualidade de vida. Ao rio Cávado tem de ser assegurado um verdadeiro projeto de eficiente e sistemática despoluição que passe, nomeadamente, pelo aumento de capacidade de tratamento dos efluentes domésticos e industriais, identificação e controlo das fontes poluidoras, reparação de infraestruturas como açudes e represas, bem como pelos cuidados com a vegetação ripícola e limpeza das margens.

Sabemos muito bem que um projeto destes terá de ser assumido pelas entidades europeias e nacionais que dirigem o setor, nomeadamente a Direção-Geral do Ambiente da União Europeia (DG ENV), o Ministério do Ambiente (MA) e a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) como Autoridade Nacional da Água. Por organismos regionais como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado). Mas também sabemos que a iniciativa e a exigência de tal projeto tem de partir e de comprometer o poder local e, neste caso concreto, a Câmara Municipal de Barcelos porque é no nosso concelho que a poluição do rio mais é notada.

Já passou demasiado tempo em que nada foi feito, pensamos que está no tempo de evidenciar a premência de uma intervenção que inicie uma nova etapa de recuperação e preservação deste bem natural que é de e para todo(a)s.



Desta forma, o Bloco de Esquerda, que sempre defendeu o rio como fator de desenvolvimento, ciente que urge tomar decisões que valorizem o significado político deste órgão municipal (AM) e que comprometam a autarquia nesta reivindicação comum, leva à votação deste plenário um conjunto de princípios, que se desejam norteadores da ação imediata do executivo camarário relativamente ao rio.

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em plenário ordinário de 23 de Dezembro de 2017, recomenda à Câmara Municipal, dentro das suas competências de preservação do meio natural e da melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, as seguintes medidas:

1. Exigir, junto das entidades competentes - Ministério do Ambiente (MA) e Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a criação de um plano de despoluição eficiente e sistemático da bacia hidrográfica do Cávado;
2. Proceder, em articulação com as entidades competentes da Administração Central, ao restabelecimento dos ecossistemas e da biodiversidade, à recuperação da vegetação ripícola e à manutenção de um caudal ecológico apropriado através de uma adequada gestão das 8 barragens do sistema Cávado – Rabagão - Homem;
3. Promover a entrada em funcionamento de novas ETAR, nomeadamente a de Areias de Vilar, e defender um protocolo de monitorização da qualidade da massa de água de forma intermunicipal, com envolvimento dos concelhos abrangidos pela bacia hidrográfica do Cávado;
4. Recuperar o património fluvial edificado (açudes, moinhos, represas...);
5. Intervir na limpeza regular das margens e dos areais e construir infraestruturas de apoio lúdico e desportivo;
6. Formalizar protocolos com associações, entidades, clubes, escolas para que a canoagem e outras atividades lúdico-desportivas voltem ao rio, e isso seja fator de proximidade das populações com o desporto fluvial e a cidade.

Barcelos, 23 de Dezembro de 2017

Os deputados Municipais do BE

José Maria Cardoso

José Augusto Figueiredo